

HABEAS CORPUS Nº 533.276 - SP (2019/0275214-4)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDO SOARES TOLOMEI - SP315005
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VANDERLEI NONATO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDEFERIMENTO MOTIVADO NA NECESSIDADE DE CUMPRIR A PENA PRIMEIRAMENTE NO REGIME INTERMEDIÁRIO E NA GRAVIDADE DO DELITO PRATICADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA, EM MENOR EXTENSÃO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VANDERLEI NONATO DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no Agravo em Execução n.º 7001142-65.2019.8.26.0482.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Penais indeferiu o pedido de livramento condicional formulado pelo Paciente (fl. 26).

Inconformado, o Apenado interpôs agravo em execução, que foi desprovido pelo Colegiado de origem (fls. 60-65).

Neste *writ*, a Impetrante sustenta, em suma, que não foi apresentada fundamentação idônea para o indeferimento do pleito de concessão do livramento condicional, pois, para tanto, as instâncias de origem se limitaram a invocar a gravidade abstrata do crime pelo qual o Paciente cumpre pena e na necessidade de prévio cumprimento da reprimenda no regime intermediário.

Aduz que "*o art. 83 do Código Penal e os arts. 131/146 da Lei de Execução Penal não reclamam a prévia permanência do penitente no regime semiaberto para concessão do livramento condicional*" (fl. 8).

Assevera que "*o histórico prisional do Paciente revela que é ele*

merecedor da benesse perseguida, eis que já descontou o lapso temporal necessário (cf. boletim informativo) e apresenta BOM comportamento carcerário, devidamente atestado" (fl. 10).

Requer, em liminar e no mérito, a concessão do livramento condicional.

O pedido liminar foi indeferido (fls. 68-70).

Foram prestadas informações às fls. 76-86.

O Ministério Público Federal opinou pela "*concessão parcial da ordem de ofício, apenas para que seja determinada a submissão do paciente ao exame criminológico, com vistas a delimitar eventual preenchimento do requisito subjetivo ao livramento condicional*" (fls. 88-90).

É o relatório.

Decido.

O Juízo das Execuções Penais indeferiu o pedido de livramento condicional nos seguintes termos (fl. 26, sem grifos no original):

"Com efeito, muito embora presente o requisito objetivo, visto que já cumpriu dois terços (2/3) da pena imposta, por ora o sentenciado não demonstra méritos subjetivos para retornar a sociedade.

O sentenciado possuía ainda considerável pena por cumprir, foi promovido ao regime semiaberto em 04.10.2018 e removido para estabelecimento penal apropriado recentemente (04.12.2018 - fls. 04 verso).

Ademais, tratando-se de crime praticado mediante violência ou grave ameaça contra pessoa e de natureza hedionda (tentativa de latrocínio) não cabe - por ora - o imediato livramento, pois recomendável o postulante vivenciar por maior período o regime intermediário, como prova de que ira absorver a terapia penal para, posteriormente, fazer jus a condicional.

Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de Livramento Condicional."

O Colegiado de origem expôs as seguintes razões ao negar provimento ao agravo em execução (fl. 64):

"4. E, de fato, não é o caso de concessão do livramento condicional.

Isto porque não logrou o recorrente demonstrar o desacerto da decisão hostilizada, ou seja, que o sentenciado satisfaz todos os requisitos para o benefício.

Com efeito, condenado por latrocínio, o agravante foi recentemente promovido ao regime semiaberto e transferido para o estabelecimento prisional adequado. Trata-se de um quadro que não avaliza estar o agravante em condições de gozar de liberdade (ainda que condicional). O passado criminal do apelante recomenda maior cautela na concessão do benefício, não bastando o bom comportamento carcerário. Mais precisamente, não está evidenciada nos autos a satisfação do requisito previsto no artigo 83, par. único, do Código de Processo Penal, para o que seria útil a realização de exame criminológico."

Como se vê, o Juízo da Vara de Execuções Criminais – referendado pelo Tribunal local – indeferiu o pedido de livramento condicional formulado pelo Paciente ao argumento de que ele deveria, primeiramente, *"vivenciar por maior período o regime intermediário"* (ibidem).

Contudo, tal entendimento destoa da jurisprudência deste Tribunal Superior, firmada no sentido de que não há obrigatoriedade de que o Apenado passe pelo regime semiaberto para obter o benefício do livramento condicional, tendo em vista a falta de previsão no art. 83 do Código Penal.

Nesse sentido, destaco, entre outros, os seguintes precedentes de ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS CONCEDIDO LIMINARMENTE. [...]. EXECUÇÃO PENAL. INDEFERIDO O LIVRAMENTO CONDICIONAL EM RAZÃO DA NECESSIDADE DE VIVENCIAR O REGIME INTERMEDIÁRIO. FUNDAMENTO INIDÔNEO. PRECEDENTES.

[...]

3. É pacífico no Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que não há obrigatoriedade de que o apenado vivencie o regime semiaberto para obter o benefício do livramento condicional, em razão da falta de previsão legal.

4. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 498.805/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 29/04/2019, sem grifos no original.)

"EXECUÇÃO PENAL. [...]. LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDEFERIMENTO. JUSTIFICAÇÃO UNICAMENTE NA NECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO A UM REGIME MAIS LIBERAL, PARA, POSTERIORMENTE, AVENTURAR-SE A SENTENCIADA A

DESEFRUTAR DE MAIOR LIBERDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. [...]

2. No caso concreto, foi indeferido o benefício do livramento condicional, tão somente em virtude da necessidade de se observar o comportamento da sentenciada durante o cumprimento da pena em regime semiaberto antes de lhe propiciar a liberdade condicional.

3. Sobre a matéria, a jurisprudência deste Tribunal consolidou entendimento no sentido de que não há obrigatoriedade de o(a) apenado(a) passar por regime intermediário para que obtenha o benefício do livramento condicional, ante a inexistência de previsão no art. 83 do Código Penal.

4. Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para determinar que, afastada a exigência do cumprimento da pena em regime semiaberto, o Juízo das Execuções Criminais reaprecie o pedido de livramento condicional da apenada, à luz dos requisitos legais e do comportamento carcerário." (HC 468.579/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018, sem grifos no original.)

Ademais, embora as instâncias ordinárias tenham considerado a gravidade do delito praticado, verifica-se que a jurisprudência deste Tribunal Superior se consolidou no sentido de que a gravidade abstrata dos crimes praticados pelo apenado não constitui fundamentação idônea a justificar o indeferimento de benefícios no âmbito da execução penal. A esse respeito, cito os seguintes precedentes:

"HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. INDEFERIMENTO. REQUISITO SUBJETIVO. LONGA PENA A CUMPRIR. GRAVIDADE DOS DELITOS PRATICADOS. FALTA GRAVE ANTIGA E JÁ REABILITADA. DESNECESSIDADE DE ADAPTAÇÃO A UM REGIME MAIS LIBERAL PARA A CONCESSÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. A gravidade dos delitos pelos quais o paciente foi condenado (roubo), bem como a longa pena a cumprir não são fundamentos idôneos para indeferir os benefícios da execução penal. Precedentes.

4. Esta Corte Superior tem se manifestado no sentido de que faltas graves antigas e já reabilitadas não configuram fundamento idôneo para indeferir o pedido de progressão de regime. Por aplicação da mesma ratio decidendi, também não devem ser consideradas como motivo bastante para o indeferimento do livramento condicional.

5. Por fim, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que não há obrigatoriedade de o(a) apenado(a) passar por regime intermediário para que obtenha o benefício do livramento condicional, ante a inexistência de previsão no art. 83 do Código Penal.

6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para determinar que o Juízo das Execuções novamente analise o pedido de livramento condicional, afastada a fundamentação anteriormente adotada." (HC 508.784/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/08/2019, DJe 22/08/2019, sem grifos no original.)

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL INDEFERIDO. DECISÃO MANTIDA PELO TRIBUNAL COM BASE NA GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO E NA LONGA PENA A CUMPRIR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

2. In casu, foi indeferido o benefício do livramento condicional tão somente em virtude da gravidade abstrata do delito pelo qual foi condenado o paciente e da longa pena a cumprir.

3. Fatores relacionados ao crime praticado são determinantes da pena aplicada, mas não justificam diferenciado tratamento para a obtenção do livramento condicional, de modo que o indeferimento do benefício somente poderá fundar-se em questões da própria execução penal.

4. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão impugnado e a decisão do juízo das execuções e determinar que o juízo das execuções prossiga no exame dos demais requisitos previstos para o livramento condicional." (HC 304.885/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 24/4/2015, sem grifos no original.)

Ante o exposto, CONCEDO a ordem de *habeas corpus*, em menor extensão, tão somente para determinar ao Juízo das Execuções Criminais que aprecie o pleito de livramento condicional formulado pelo Paciente, nos termos do art. 83 do Código Penal, afastada a exigência do cumprimento ou vivência da pena no regime intermediário.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora